

MANUEL MARIA ANTUNES DE MELO

Membro da Academia Brasileira de Direito Processual Civil
Juiz Titular da 12ª Vara Cível da Capital (TJ/PB)
Especialista em Processo Civil
Mestre em Direito (UCP/RJ)

FELLIPE LUCENA PATRIOTA DE PONTES

Analista Judiciário (TJ/PB)
Especialista em Direito Público (UNIDERP)
Especialista em Prática Judicante (UEPB)

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

3ª EDIÇÃO



**LEME - SÃO PAULO
2018**

ISBN 978-85-7754-186-7

© Copyright 2018 by CL EDIJUR Editora e Distribuidora Jurídica.

© Copyright 2018 by Manuel Maria Antunes de Melo

Diretor editorial: Benedito Claudio de Oliveira

Arte: Nicolas Roberto Chinaglia

Diagramação: Roselene Cristiani dos Santos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Melo, Manuel Maria Antunes de; Pontes, Fellipe Lucena Patriota de;
Manual de Direito Processual Civil / Manuel Maria Antunes de Melo
e Fellipe Lucena Patriota de Pontes - 3ª edição, CL EDIJUR - Leme/SP -
Edição 2018.

538 páginas

1. Direito. Legislação. Direito processual civil

I. Título. Manual de Direito Processual Civil **ISBN 978-85-7754-186-7**

1. Direito Processual Civil - Legislação - Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É proibida a cópia total ou parcial desta obra,
por qualquer forma ou qualquer meio. A violação dos direitos autorais é crime tipifi-
cado na Lei nº 9.610/98 e artigo 184 do Código Penal.



CL EDIJUR EDITORA E DISTRIBUIDORA JURÍDICA

Rua Carmem Lúcia, 105 - Jardim Casarão

Leme/ SP - CEP 13617-381

Fone/Fax: (19) 3571-7149

E-mail: atendimentoedijur@gmail.com

Site: www.edijur.com.br

1131180

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO I

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

1. O Direito Processual Civil na Constituição Federal.....	31
1.1 Constitucionalização do processo civil	31
1.2 Princípio da inafastabilidade da jurisdição	32
1.3 Do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada.....	33
1.4 Tribunal ou juízo de exceção	36
2. Teoria Geral do Processo.....	38
2.1 Lei processual	39
2.2 Lei processual no tempo: Direito intertemporal.....	41
2.3 Pressupostos processuais.....	44
2.3.1 Classificação dos pressupostos processuais.....	45
3. Princípios Constitucionais Processuais.....	46
3.1 Devido processo legal	46
3.1.1 Contraditório e ampla defesa	47
3.2 Publicidade	49
3.3 Inadmissibilidade da prova ilícita.....	49
3.4 Imparcialidade do juiz	51

3.5	Fundamentabilidade das decisões e convencimento do juiz	51
3.6	Duplo grau de jurisdição	52
3.7	Razoável duração do processo	55
4.	Princípios Internos do Processo Civil.....	56
4.1	Oralidade	56
4.2	Lealdade processual	56
4.3	Ação e disponibilidade	57
4.4	Economia processual	58
4.5	Ordem cronológica dos julgamentos.....	58
5.	Processos no Direito Processual Civil.....	60
5.1	Ações de conhecimento	60
5.2	Ações meramente declaratórias	60
5.3	Ações constitutivas	63
5.4	Ações condenatórias	63
5.5	Ações mandamentais e executórias <i>lato sensu</i>	64
5.6	Ação executiva	64
5.7	Tutela cautelar	65
5.8	Tutela monitória	65

CAPÍTULO II

TEORIA GERAL DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

6.	Da Jurisdição.....	67
6.1	Da jurisdição contenciosa	67
6.2	Da jurisdição não-contenciosa.....	68
7.	Da Ação.....	69
7.1	Das condições da ação.....	69

7.1.1 Da legitimidade das partes	70
7.1.2 Do interesse processual	71
7.2 Elementos identificadores da ação	75
7.2.1 Das partes	75
7.2.2 Do pedido	75
7.2.3 Da causa de pedir	77
8. Dos Sujeitos do Processo.....	78
8.1 Da substituição processual e da substituição de parte.....	78
8.2 Da capacidade processual.....	79
8.2.1 Capacidade de ser parte ou capacidade <i>ad causam</i>	79
8.2.2 Capacidade de fato ou capacidade <i>ad processum</i>	80
8.2.3 Capacidade postulatória ou <i>jus postulandi</i>	81
8.2.4 Curatela especial.....	82
8.3 Do litisconsórcio e sua classificação	82
8.3.1 Do litisconsórcio necessário	83
8.3.2 Do litisconsórcio facultativo.....	84
8.3.3 Do litisconsórcio unitário.....	84
8.3.4 Do litisconsórcio simples.....	84
8.3.5 Do litisconsórcio multitudinário.....	85
8.3.6 Implicações da não formação do litisconsórcio.....	86
8.4 Da intervenção de terceiros.....	86
8.4.1 Assistência simples e litisconsorcial.....	88
8.4.2 Denúnciação da lide.....	90
8.4.2.1 Procedimento da denúnciação da lide.....	91
8.4.3 Chamamento ao processo.....	92
8.4.4 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	93

8.4.5 <i>Amicus curiae</i>	95
8.5 O advogado.....	96
8.5.1 Mandato judicial.....	97
8.5.2 Substituição do advogado.....	98
8.6 Do Ministério Público.....	98
8.6.1 O Ministério Público enquanto parte.....	99
8.6.2 O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica..	100
8.7 Da Advocacia Pública.....	101
8.8 Da Defensoria Pública.....	101
8.9 Do Juiz.....	102
8.9.1 Garantias dos juizes.....	104
8.9.2 Proibições à pessoa do juiz.....	105
8.9.3 Hipóteses de impedimento do juiz.....	105
8.9.4 Hipóteses de suspeição do juiz.....	107
8.9.5 Procedimento das exceções de suspeição e de impe- dimento do juiz.....	108
8.9.6 Procedimento das exceções de suspeição e de impedimento do membro do Ministério Público e dos auxiliares da justiça	109
9. Da Competência.....	109
9.1 Competência internacional.....	110
9.1.1 Competência internacional concorrente.....	111
9.1.2 Competência internacional exclusiva.....	112
9.2 Competência interna.....	112
9.2.1 Competência em razão da matéria.....	113
9.2.2 Competência em razão das pessoas.....	114
9.2.3 Competência em razão do valor da causa.....	114

9.2.4 Competência em razão do lugar.....	114
9.2.5 Competência em razão da função	117
9.2.6 Competência absoluta e relativa	118
9.2.7 Prorrogação de competência	118
9.2.8 Perpetuação da jurisdição	119
9.2.9 Figuras de modificação da competência.....	119
I - Conexão	120
II-Continência.....	120
III - Probabilidade de decisões conflitantes ou contraditórias.....	121
9.2.10 Prevenção	122
9.2.11 Conflito de competência	122
10. Dos Atos Processuais e sua Classificação.....	123
10.1 Da prática eletrônica dos atos processuais.....	124
10.2 Dos atos das partes.....	125
10.2.1 Atos postulatórios.....	125
10.2.2 Atos probatórios ou instrutórios.....	125
10.2.3 Atos reais ou materiais.....	126
10.2.4 Atos dispositivos.....	126
10.2.5 Negócio jurídico processual.....	127
10.3 Pronunciamentos do Juiz.....	129
10.3.1 Despachos de mero expediente ou ordinatórios ...	129
10.3.2 Decisões interlocutórias.....	129
10.3.3 Sentenças terminativas.....	130
10.3.4 Sentenças definitivas.....	130
10.4 Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	130
10.5 O ato processual no tempo.....	131

10.6 O ato processual no espaço.....	133
10.7 Dos Prazos Processuais.....	133
10.7.1 Contagem dos prazos processuais.....	133
10.7.2 Termo inicial dos prazos processuais.....	135
10.7.3 Prazos próprios e impróprios.....	136
10.7.4 Prazos comuns e particulares.....	136
10.7.5 Prazos dilatatórios e peremptórios.....	137
10.7.6 Quadro esquemático dos prazos de 05 dias no NCPC	137
10.7.7 Quadro esquemático dos prazos de 10 dias no NCPC	139
10.7.8 Quadro esquemático dos prazos de 15 dias no NCPC	140
10.8 Preclusão.....	143
10.8.1 Preclusão temporal.....	143
10.8.2 Preclusão lógica.....	144
10.8.3 Preclusão consumativa	144
10.9 Comunicação dos atos processuais.....	144
Carta de ordem.....	144
Carta rogatória.....	144
Carta precatória.....	145
Carta arbitral.....	145
10.10 Das citações.....	145
10.10.1 Efeitos da citação.....	147
10.10.2 Modalidades de citação.....	149
I - Citação por mandado.....	149
II - Citação pelos correios	150
III - Citação com hora certa.....	150
IV - Citação por edital.....	151
V - Citação por carta.....	152

V.1 - Carta precatória	152
V.2 - Carta de ordem.....	152
V.3 - Carta rogatória	152
10.11 Das intimações.....	153
11. Das Nulidades.....	154
11.1 Nulidades relativas	154
11.2 Nulidades absolutas.	155
12. Valor da Causa.....	155
13. Formação, Suspensão e Extinção do Processo.....	157
13.1 Formação do processo.....	157
13.2 Suspensão do processo.....	158
13.2.1 Causas de suspensão do processo.....	158
13.2.2 Efeitos da suspensão do processo.....	161
13.3 Extinção do processo sem resolução do mérito	161
13.3.1 Casos de extinção do processo sem resolução do mérito	162
13.4 Julgamento do processo com resolução do mérito.....	166
13.4.1 Casos de julgamento do processo com resolução do mérito	167
14. Da Tutela Provisória.....	169
14.1 Da tutela de urgência.....	171
14.1.1 Da tutela antecipada.....	174
I - Da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	175
14.1.2 Da tutela cautelar.....	176
I - Da tutela cautelar requerida em caráter antecedente...	177
14.2 Da tutela de evidência.....	180
15. Processo e Procedimento.....	181

15.1 Procedimentos especiais.....	181
15.2 Procedimento comum.....	181
15.3 Processo de conhecimento	183
15.3.1 Da petição inicial e seus requisitos.....	183
I - Pedidos cumulativos.....	185
II - Pedidos alternativos.....	185
III - Pedidos sucessivos.....	185
15.3.2 Emenda e indeferimento da petição inicial.....	186
15.3.3 Improcedência liminar do pedido.....	188
15.3.4 Respostas do réu.....	189
I - Exceções.....	190
II - Contestação.....	191
III - Reconvenção.....	195
15.3.5 Revelia.....	197
15.3.6 Julgamento conforme o estado do processo.....	200
I - Extinção do processo.....	200
II - Julgamento antecipado do mérito [total e parcial]....	200
15.3.7 Saneamento do processo.....	201
15.3.8 Fluxograma da sequência dos atos processuais.....	203
16. Das Provas.....	204
16.1 Meios de prova.....	204
16.2 Finalidade e destinatário da prova.....	204
16.3 Ônus da prova.....	204
16.4 Inversão do ônus da prova.....	205
16.5 Prova ilegal e prova ilícita.....	206
16.6 Prova legal ou <i>ad substantiam</i>	207
16.7 Prova emprestada.....	207

16.8 Objeto da prova.....	208
16.9 Fatos que não dependem de prova.....	208
16.10 Dever geral de colaboração.....	208
16.11 Proposição da prova.....	209
16.12 Admissão da prova.....	209
16.13 Produção da prova.....	210
16.14 Da prova documental.....	210
16.14.1 Da força probante dos documentos.....	211
16.14.2 Da arguição de falsidade.....	216
16.14.3 Da produção da prova documental.....	216
16.15 Da produção antecipada da prova.....	217
16.15.1 Procedimento da produção antecipada de prova....	218
16.16 Da ata notarial.....	219
16.17 Do depoimento pessoal.....	220
16.18 Do interrogatório judicial.....	221
16.19 Da confissão.....	221
16.20 Da exibição de documento ou coisa.....	222
16.21 Da prova testemunhal.....	224
16.21.1 Procedimento da produção de prova testemunhal....	226
16.22 Da prova pericial.....	228
16.22.1 Procedimento da prova pericial.....	229
16.23 Da inspeção judicial.....	233
17. Audiência de instrução e julgamento.....	234
17.1 Procedimento da audiência de instrução e julgamento...	235
18. Da Sentença.....	237
18.1 Definição de sentença.....	237
18.2 Classificação doutrinária das sentenças	237

18.3	Conteúdo ideológico da sentença.....	238
18.4	Requisitos formais da sentença.....	238
18.4.1	Relatório.....	239
18.4.2	Fundamentação.....	239
18.4.3	Dispositivo.....	242
18.5	Aplicação do direito superveniente.....	243
18.6	Publicação da sentença.....	243
18.7	Hipoteca judicial.....	243
18.8	Vícios da sentença.....	243
18.8.1	Sentença <i>extra petita</i>	244
18.8.2	Sentença <i>ultra petita</i>	245
18.8.3	Sentença <i>citra ou infra petita</i>	245
18.8.4	Vícios da sentença <i>versus</i> teoria da causa madura...	246
18.9	Do Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	246
19.	Da Coisa Julgada.....	247
19.1	Coisa julgada material.....	247
19.2	Coisa julgada formal.....	249
19.3	<i>Exceptio rei judicatae</i>	249
19.4	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	250
19.5	Limites objetivos da coisa julgada.....	251
19.5.1	Questões dedutíveis.....	251
19.5.2	Relações jurídicas continuativas.....	252
19.6	Limites subjetivos da coisa julgada.....	252
19.7	Da remessa necessária.....	253
20.	Liquidação de Sentença.....	254
20.1	Espécies de liquidação.....	256

20.1.1	Liquidação por arbitramento.....	256
20.1.2	Liquidação pelo procedimento comum.....	257
21.	Do Cumprimento de Sentença.....	257
21.1	Cumprimento provisório da sentença que reconhece obrigação de pagar quantia certa.....	258
21.2	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece obrigação de pagar quantia certa.....	259
21.2.1	Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor	261
21.2.2	Protesto da decisão judicial definitiva.....	261
21.2.3	Negativação do nome do devedor em cadastros de inadimplentes.....	262
21.3	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	263
21.3.1	Constituição de capital na indenização por ato ilícito	264
21.4	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública..	265
21.5	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer.....	266
21.6	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	267
21.7	Impugnação ao cumprimento de sentença.....	268
21.7.1	Falta ou nulidade de citação, se o processo correu à revelia	268
21.7.2	Ilegitimidade de parte.....	268
21.7.3	Inexigibilidade do título ou da obrigação.....	269
21.7.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	271
21.7.5	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	272
21.7.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	272

21.7.7 Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação.....	273
21.7.8 Nulidade da sentença arbitral.....	274
21.7.9 Efeitos do recebimento da impugnação.....	274
21.8 Dos títulos executivos judiciais.....	275

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

22. Procedimentos Especiais Contenciosos	279
22.1 Da ação de consignação em pagamento.....	280
22.1.1 Hipóteses legais de cabimento da consignação.....	280
22.1.2 Da recusa em receber [<i>mora accipiendi</i>].....	283
22.1.3 Da consignação extrajudicial.....	284
22.1.4 Do procedimento da consignação em pagamento....	285
22.1.5 Dúvidas sobre quem deve receber o objeto do pagamento	287
22.2 Da ação de exigir contas.....	289
22.2.1 Procedimento da ação de exigir contas.....	290
22.3 Das ações possessórias.....	292
22.3.1 Da posse e seus efeitos.....	292
22.3.2 Fungibilidade da tutela possessória.....	295
22.3.3 Cumulação de pedidos nas ações possessórias.....	296
22.3.4 Caráter dúplice das ações possessórias.....	296
22.3.5 Ação de força nova e ação de força velha espoliativa	296
22.3.6 Das ações de manutenção e de reintegração de posse	297
I - Procedimento das ações de manutenção e de reintegração de posse.....	298
22.3.7 Interdito proibitório.....	301

22.4 Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares	302
22.4.1 Procedimento da ação de demarcação.....	302
22.4.2 Procedimento da ação de divisão.....	303
22.5 Da ação de dissolução parcial da sociedade.....	304
22.6 Do inventário e da partilha.....	305
22.6.1 Do inventariante e das primeiras declarações.....	306
22.6.2 Das citações e das impugnações.....	309
22.6.3 Da avaliação e do cálculo do imposto.....	311
22.6.4 Das colações.....	312
22.6.5 Do pagamento de dívidas.....	313
22.6.6 Da partilha.....	314
I - Da anulação e da rescisão da partilha.....	316
22.6.7 Da sobrepartilha.....	317
22.6.8 Dos sonogados.....	317
22.6.9 Da petição de herança.....	318
22.6.10 Do arrolamento sumário.....	319
22.6.11 Do arrolamento de alçada.....	320
22.7 Dos embargos de terceiro.....	320
22.7.1 Procedimento dos embargos de terceiro.....	323
22.8 Da oposição.....	324
22.9 Da habilitação.....	325
22.10 Das ações de família.....	326
22.10.1 Procedimento das ações de família.....	327
22.11 Da ação monitória.....	327
22.11.1 Procedimento da ação monitória.....	330
22.11.2 Embargos à ação monitória.....	331
22.12 Da homologação do penhor legal.....	333

22.13 Da regulação de avaria grossa.....	334
22.14 Da restauração de autos.....	336
22.15 Do pedido extrajudicial de usucapião.....	338
22.15.1 Modalidades de usucapião.....	339
22.15.2 Procedimento extrajudicial do usucapião.....	341
23. Procedimentos Especiais Não Contenciosos.....	343
23.1 Disposições gerais.....	343
23.2 Da notificação e da interpelação.....	346
23.3 Da alienação judicial.....	346
23.4 Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio.....	347
23.5 Dos testamentos e codicilos.....	350
23.5.1 Abertura, registro e cumprimento do testamento cerrado	351
23.5.2 Cumprimento do testamento público.....	351
23.5.3 Publicação e cumprimento do testamento particular	351
23.6 Da herança jacente.....	352
23.7 Dos bens dos ausentes.....	354
23.8 Das coisas vagas.....	355
23.9 Da interdição.....	356
23.9.1 Procedimento da interdição.....	358
23.9.2 Cessação da interdição e da curatela.....	360
23.9.3 Disposições comuns � tutela e � curatela.....	361
23.10 Da organização e da fiscalização das fundações.....	362
23.11 Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunh�veis formados a bordo.....	363

CAPÍTULO IV

DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

24. Do Incidente de Assunção de Competência.....	367
25. Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	367
26. Da Homologação da Decisão Estrangeira e do Exequatur à Carta Rogatória.....	368
27. Da Ação Rescisória.....	369
27.1 Hipóteses de rescindibilidade da sentença.....	371
27.2 Vícios rescisórios e transrescisórios.....	375
28. Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	375
29. Dos Precedentes Judiciais Vinculantes.....	378
30. Da Reclamação.....	380

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS

31. Princípios Fundamentais dos Recursos.....	383
31.1 Duplo grau de jurisdição.....	384
31.2 Taxatividade.....	384
31.3 Singularidade.....	384
31.4 Fungibilidade.....	385
31.5 Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	385
32. Pressupostos Recursais.....	386
32.1 Legitimidade para recorrer.....	386
32.2 Interesse recursal.....	386
32.3 Tempestividade.....	387
32.4 Regularidade formal.....	387

32.5 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	388
32.6 Preparo.....	389
33. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito dos Recursos.....	389
34. Efeitos dos Recursos.....	390
34.1 Efeito devolutivo.....	390
34.2 Efeito translativo.....	391
34.3 Efeito suspensivo.....	391
34.4 Efeito substitutivo.....	392
35. Recurso Adesivo.....	392
36. Desistência ao Recurso Interposto.....	393
37. Renúncia ao Direito de Recorrer.....	393
38. Preclusão Lógica.....	393
39. Início do Prazo Recursal.....	394
40. Litisconsórcio.....	394
41. Poderes do Relator.....	394
42. Dos Recursos em Espécie.....	395
42.1 Da apelação cível.....	396
42.1.1 Regularidade formal.....	396
42.1.2 Efeitos da apelação cível.....	396
42.1.3 Juízo de retratação na apelação.....	398
42.1.4 Teoria da causa madura.....	398
42.2 Do agravo de instrumento.....	399
42.2.1 Processamento do agravo de instrumento.....	400
42.2.2 Juízo de retratação no agravo.....	401
42.3 Dos embargos infringentes.....	401
42.4 Do agravo interno.....	403

42.5 Dos embargos de declaração.....	404
42.5.1 Procedimento dos embargos de declaração.....	405
42.5.2 Esclarecimento de dúvida.....	406
42.5.3 Rediscussão da causa.....	406
42.5.4 Embargos declaratórios para fins de prequestionamento	407
42.6 Do recurso ordinário constitucional	408
42.7 Do recurso especial.....	409
42.7.1 Requisitos específicos do recurso especial.....	410
42.8 Do recurso extraordinário.....	410
42.8.1 Requisitos específicos do recurso extraordinário....	411
42.8.2 Processamento dos recursos especial e extraordinário.....	412
42.8.3 Repercussão geral [transcendência] no recurso extraordinário.....	417
42.8.4 Dos recursos extraordinário e especial repetitivos...	418
42.8.5 Do agravo em recurso especial e recurso extraordinário.....	420
42.9 Dos embargos de divergência no âmbito do STF e do STJ....	421

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

43. Nota Introdutória ao Processo de Execução.....	425
44. Das Diversas Modalidades de Execução.....	426
45. Das Partes na Execução.....	427
45.1 Legitimidade ativa.....	427
45.2 Legitimidade passiva.....	430

46. Requisitos Necessários para a Execução.....	434
46.1 Inadimplemento do devedor.....	434
46.2 Título dotado de força executiva.....	435
46.2.1 Dos títulos executivos extrajudiciais.....	436
46.2.2 Requisitos do título executivo.....	448
I - Liquidez.....	448
II - Certeza.....	449
III - Exigibilidade.....	451
47. Desistência da Execução.....	452
48. Cumulação de Execuções.....	452
49. Da Competência.....	453
50. Da Responsabilidade Patrimonial do Devedor.....	455
50.1 Da fraude à execução.....	459
51. Atos Atentatórios à Dignidade da Justiça.....	464
52. Direito de Preferência no Concurso de Credores.....	465
53. Requisitos de Admissibilidade da Petição Inicial.....	466
54. Averbações Anteriores à Penhora.....	468
55. Prescrição da Pretensão Executória.....	468
56.1 Do prazo prescricional.....	468
56.2 Da interrupção da prescrição.....	469
56.3 Da prescrição intercorrente.....	470
56. Nulidades da Execução.....	472

CAPÍTULO VII

DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

57. Da Execução para Entrega de Coisa.....	475
57.1 Da entrega de coisa certa.....	475
57.2 Da entrega de coisa incerta.....	477

58. Da Execução das Obrigações de Fazer e de não Fazer.....	477
59.1 Da obrigação de fazer.....	478
59.2 Da obrigação de não fazer.....	480
59. Da Execução por Quantia Certa.....	480
59.1 Da citação do devedor	481
59.2 Do arresto-penhora.....	482
59.3 Da penhora de bens.....	483
59.3.1 Da substituição da penhora.....	488
59.3.2 Da formalização da penhora.....	489
59.3.3 Do depósito dos bens penhorados.....	490
59.3.4 Da realização de segunda penhora.....	491
59.3.5 Da intimação da penhora.....	492
59.3.6 Da redução e da ampliação da penhora.....	492
59.3.7 Da alienação antecipada dos bens penhorados.....	493
59.4 Da impenhorabilidade de bens.....	493
59.4.1 Do bem de família.....	496
59.5 Da avaliação.....	498
59.6 Da adjudicação.....	500
59.7 Da alienação.....	503
59.7.1 Alienação por iniciativa particular.....	503
59.7.2 Alienação em leilão judicial eletrônico ou presencial	504
I - Do edital do leilão.....	505
II - Das intimações do leilão.....	506
III - Da aquisição do bem penhorado em prestações.....	507
IV - Dos impedidos de arrematar em leilão judicial.....	508
V - Da arrematação por preço vil.....	509
VI - Do auto de arrematação.....	510

59.8 Da satisfação do crédito.....	511
59.8.1 Da entrega do dinheiro.....	512
59.8.2 Da adjudicação dos bens penhorados.....	513
59.8.3 Do pagamento parcelado da dívida.....	513
60. Da Execução Contra a Fazenda Pública.....	514
61. Da Execução de Alimentos.....	515
62. Dos Embargos à Execução.....	517
62.1 Do prazo dos embargos.....	517
62.2 Das hipóteses de rejeição liminar dos embargos.....	518
62.3 Do efeito suspensivo dos embargos.....	518
62.4 Das matérias passíveis de arguição nos embargos.....	519
62.5 Do procedimento dos embargos.....	523
62.6 Dos embargos à execução por carta.....	523
63. Dos Embargos à Arrematação.....	524
64. Execução por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente.....	524
64.1 Insolvência requerida pelo credor.....	526
64.2 Insolvência requerida pelo devedor ou por seu espólio...	527
64.3 Declaração judicial de insolvência.....	527
64.4 Extinção das obrigações do devedor insolvente.....	529
65. Da Suspensão do Processo de Execução.....	529
66. Da Extinção da Execução.....	530